

## Requerimento de Sessão 45/2026

Protocolo 42887 Envio em 25/02/2026 20:43:51

Requer ao sr. Prefeito Municipal, informações detalhadas sobre o balanço financeiro do município após o encerramento do período de quatro meses de contenção de despesas e a situação atual dos restos a pagar.

Excelentíssimo Senhor  
**FABIO FERNANDO SIQUEIRA DOS SANTOS**  
Presidente da Câmara Municipal  
Estância Turística Paraguaçu Paulista (SP)

O Vereador que a este subscreve, nos termos regimentais vigentes, **REQUER** ao excelentíssimo sr. Prefeito Municipal, Antônio Takashi Sasada, informações detalhadas sobre o balanço financeiro do município após o encerramento do período de quatro meses de contenção de despesas e a situação atual dos restos a pagar, para as respostas das questões:

- 1-) Qual foi o montante total economizado durante os quatro meses de vigência das medidas de contenção de gastos?
- 2-) O período de austeridade foi suficiente para zerar o déficit orçamentário acumulado ou ainda restam dívidas com fornecedores vencidas em 2025?
- 3-) Quais secretarias municipais apresentaram a maior redução de custos e quais não conseguiram atingir as metas de economia estabelecidas?
- 4-) Existe, neste momento, um superávit financeiro que permita a retomada de investimentos com recursos próprios?
- 5-) Qual é o índice atual de gastos com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida, considerando as exonerações ou cortes feitos no período?

### **JUSTIFICATIVA**

A transparência na gestão das contas públicas não é apenas um preceito legal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, mas o pilar de sustentação de qualquer regime democrático saudável. Após um período rigoroso em que a população e os servidores públicos de Paraguaçu Paulista foram submetidos a duras restrições, cortes de investimentos e suspensão de serviços em nome da "saúde financeira" do município, torna-se imperativo que o Poder Executivo preste contas detalhadas sobre os resultados obtidos.



O sacrifício coletivo exige uma contrapartida de clareza, permitindo que a sociedade compreenda se as medidas de austeridade foram aplicadas com eficiência ou se serviram apenas como paliativos para problemas estruturais de gestão.

Neste contexto, o Poder Legislativo deve exercer com rigor sua função precípua de fiscalização, atuando como o elo entre a vontade popular e a execução administrativa. É fundamental verificar se os objetivos propostos no decreto de contenção de gastos foram efetivamente alcançados e se os recursos economizados foram direcionados para o saneamento de dívidas reais ou para a composição de reservas estratégicas. Sem essa análise crítica e documental, a comunidade permanece em um estado de incerteza, sem saber se a administração municipal possui agora o fôlego financeiro necessário para retomar as obras paralisadas e os atendimentos essenciais que sofreram descontinuidade.

Por fim, é urgente certificar se a "casa está devidamente em ordem" para que nossa Estância possa retomar seu ciclo de crescimento sem a ameaça constante de novos decretos de emergência financeira. A previsibilidade econômica é o que atrai investimentos, gera empregos e garante a manutenção do bem-estar social; portanto, a administração não pode mais se pautar pelo imprevisto ou pelo ciclo de "crises recorrentes".

Este requerimento busca assegurar que o planejamento para o restante de 2026 seja pautado em dados concretos, afastando de uma vez por todas o fantasma da insolvência e garantindo que o esforço feito pela população e pelos servidores se transforme em benefícios reais e duradouros para a cidade.

Palácio Legislativo Água Grande, 23 de fevereiro de 2026.

**JAMILSON DE SOUZA**  
Vereador

